

RELIGIOSIDADE POPULAR NO LITORAL CATARINENSE: A VISÃO DE PADRES ALEMÃES NO INÍCIO DO SÉCULO XX

SÉRGIO LUIZ FERREIRA*

Introdução

O presente trabalho pretende discutir a visão dos padres alemães da Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus - SCJ sobre a religiosidade dos habitantes do litoral de Santa Catarina no início do Século XX.

Entre 1903 e 1913 vários padres da referida congregação alemã escreveram cartas sobre as impressões que tinham em relação a diversos aspectos da cultura e da religiosidade vivida em Santa Catarina. Essas cartas eram regularmente publicadas na revista *Das Reich des Herzens Jesu*, que tinha como público alvo os benfeitores e amigos da Congregação.

Estas cartas escritas em alemão castiço ficaram conservadas no arquivo central da Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus, em Roma. O historiador Valberto Dirksen as traduziu e as publicou em 2004 sob o título *Presença e missão dehoniana no Sul do Brasil (1903-1913): os pioneiros*. Esta obra, de 528 páginas, é uma fonte riquíssima de dados sobre este verdadeiro choque de culturas que aconteceu no alvorecer do século XX em Santa Catarina. Estas fontes têm servido, inclusive, para serem revistos alguns pontos de vista sobre o nascimento da diocese de Florianópolis.

A população do litoral de Santa Catarina durante dois séculos viveu uma religiosidade e uma cultura populares muito semelhantes a de outros rincões do Brasil. No final do século XIX, o clero catarinense, basicamente constituído por portugueses e brasileiros, foi sendo substituído por alemães missionários e por filhos e netos de alemães e italianos chegados com as migrações de meados do século XIX. Para além da romanização da Igreja, impulsionada pelo Concílio Vaticano I, e reafirmada no Brasil após a proclamação da República, Santa Catarina viveu um verdadeiro processo de germanização do catolicismo. A criação da diocese de Florianópolis em 1908 contribuiu para essa germanização da igreja católica em Santa Catarina.

Pretende-se perceber a construção de uma visão da religiosidade e cultura popular do litoral catarinense no início do século XX que ainda é compartilhada pela maioria do clero

* Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, professor adjunto da Universidade Federal de Santa Catarina, e-mail: sergio.ferreira@ufsc.br

catarinense. Os padres alemães pioneiros constantemente comparavam a religiosidade dos migrantes alemães com a religiosidade dos luso-brasileiros e atribuíam a essa um caráter primitivo, supersticioso e tosco. No início do Século XXI, boa parte do clero catarinense ainda enxerga a religiosidade do litoral catarinense como uma religiosidade de formalidades, sem profundidade. Discutir a construção dessa visão do clero catarinense e refletir sobre as relações com os discursos que compõem esses processos é o que se pretende no presente trabalho.

Reforma Luterana e Reforma Católica

Durante muito tempo os livros didáticos de história utilizaram a expressão Reforma Protestante para designar o processo de construção da nova forma de constituição da religião e da religiosidade ocorrida a partir da Alemanha e desencadeada sob a liderança de Martinho Lutero após 1517.

Os livros didáticos costumavam chamar a reforma desencadeada pela Igreja Católica de Contra Reforma. Esta expressão hoje está caindo em desuso e uma das razões é exatamente o fato de ela transparecer a falsa impressão de que a Igreja Católica tenha desencadeado ações de combate às ideias propagadas pelo monge agostiniano Martinho Lutero, quando na realidade, o que assistimos, a partir do Concílio de Trento (1545-1563), foi um verdadeiro processo de ajustamento do Catolicismo às ideias de Lutero, que teve seu ápice com o Concílio do Vaticano II.

A Reforma Protestante pregava o retorno às origens do Cristianismo. As expressões usadas eram “*sola gratia, solo Christus, sola fide e sola scriptura*” (Só a graça, só o Cristo, só a fé e só a escritura). De modo geral, o protestantismo negou a tradição que se traduz nas verdades convencionadas pelos cristãos posteriores aos tempos apostólicos. No entanto, dizer que Lutero aceitou somente as escrituras e negou a tradição não corresponde à verdade. O reformador aceitou os quatro primeiros concílios. Dessa forma, o luteranismo aceita a doutrina da Santíssima Trindade, estabelecida pelos primeiros concílios e a existência da natureza divina e da natureza humana em Jesus Cristo. Religiões surgidas no século XIX, como a Igreja Adventista do Sétimo Dia e os Testemunhas de Jeová negam esses dogmas por não estarem claramente presentes nas escrituras.

O Concílio de Trento, ocorrido entre 1545 e 1563, sofreu várias interrupções ao longo de dezoito anos. Pode-se considerar que o período de 1562-1563 foi onde se escreveu, de fato, as linhas gerais que guiaram a Igreja Católica pelos quatro séculos seguintes. Esta fase do Concílio teve a liderança da recém criada Companhia de Jesus. Foram os jesuítas os principais articuladores da confecção dos documentos do Concílio de Trento.

Muito foram os novos aspectos que o Catolicismo passou a ter a partir desse momento e o que mais interessa a este nosso estudo foi a crescente condenação da chamada religiosidade popular que se desenvolveu ao longo de um milênio e meio entre os cristãos católicos.

Jean Delumeau diz que o Concílio de Trento só começou a “uniformizar a fé a desbastar a religião vivida das reminiscências arcaicas na Europa no Século XVIII. Nas visitas pastorais sistemáticas os bispos setecentistas descobriram um povo rural que não conhecia os rudimentos da fé cristã” (DELUMEAU, 1981:18). Dessa forma, se percebe que a uniformidade tridentina ainda não tinha sido estabelecida mesmo dois séculos depois do concílio. No entanto, Delumeau, em *A Civilização do Renascimento*, particularmente no capítulo intitulado “O Renascimento como Reforma da Igreja”, relata que as reformas religiosas não foram resultado dos enormes abusos da Igreja de Roma, e sim consequência de uma mudança no cristianismo popular a partir do século XVI. O autor coloca a ascensão da devoção popular como um fator principal que caracteriza a vida religiosa nesse momento. Segundo ele, a ambição de poder temporal e o comércio da fé não deixaram de ser motivo de clamores por reformas, clamores esses, aliás, que já vinham desde a Idade média. Entretanto, no século XVI, num ambiente ‘arejado’ pelo humanismo, o controle da Igreja Católica sobre a fé não se fazia mais exclusivo como no período anterior; ainda que, provavelmente, esse controle nunca tenha sido excepcionalmente marcante; o que se evidencia pela sobrevivência, ao longo de toda a baixa idade média, de rituais pagãos, por vezes incorporados às manifestações cristãs. O fato é que agora, as pessoas poderiam escolher entre as pregações emotivas dos luteranos e demais grupos reformistas protestantes, e as missas católicas em latim, que em geral, não correspondiam aos anseios da maioria da população (DELUMEAU, 1984).

Para Delumeau a principal fraqueza da Igreja no período antecedente às reformas não estava nos abusos financeiros da cúria romana. Também não estava no estilo de vida, por vezes escandaloso dos altos dignitários eclesiásticos. Tampouco se devia aos desregramentos

de certos monges e nem mesmo no número seguramente grande de padres concubinários. Residia, sim, na muito deficiente instrução religiosa e na insuficiente formação dos “pastores de almas”, que frequentemente eram incapazes de ministrar de forma eficaz os sacramentos e de apresentar de modo válido a mensagem do Evangelho. Daí decorre que, para o autor, a religiosidade popular nos inícios da época moderna era muito mais ritualizada do que sentida. As pessoas acreditavam sinceramente em Deus e no intermédio da Igreja, o que de forma nenhuma significava barreira na hora de procurar auxílio de curandeiros, fazer uso de simpatias e sortilégios, ou de vestir-se de pároco no carnaval.

Segundo Peter Burke, uma vez que os protestantes atentam para essa carência religiosa, ganham espaço em várias áreas da Europa. As pregações luteranas, repletas de cânticos e leitura de salmos nas línguas locais, agradavam bastante os ouvintes. A Igreja Romana teria percebido a necessidade de renovação no tratamento com os fiéis tardiamente, o que não a impediu de mover também sua reforma, clarificando os ensinamentos e a doutrina católica por meio de catecismos, além de se preocupar com o preparo dos padres, que passaram a ser formados em escolas especiais, os seminários. Do ponto de vista de Delumeau, os fiéis impunham-se, mais que outrora, à atenção dos responsáveis pelas almas. E é nesse sentido que ele verifica a ascensão de uma devoção popular mais interiorizada (BURKE, 1989).

Peter Burke não acredita que essas reformas religiosas necessariamente significaram a imposição dos anseios dos fiéis a seus líderes. Mesmo considerando aspectos positivos das reformas, como a tradução da Bíblia para línguas vernáculas e o crescimento da alfabetização, verificado, sobretudo, em áreas protestantes, o autor inglês considera, que esse catecismo mostrou-se negativo no sentido de minar a cultura popular tradicional, normatizando suas manifestações e criando modelos de conduta repressivos, ou seja, proporcionando o que ele chama de *‘a vitória da quaresma sobre o carnaval’*. Na verdade, conforme argumenta Peter Burke, a busca interna de Deus e a ideia de um relacionamento direto com Ele são contribuições positivas do humanismo às reformas, o que, no entanto, não significava, para a maioria da população, que tal envolvimento com Deus implicasse num distanciamento de seus costumes e tradições culturais. É nessa direção, que a cultura popular tradicional se fez resistente em algumas partes da Europa durante muito tempo, permitindo, assim, que rituais de origem medieval, festas carnavalescas e peças de mistérios sobrevivessem às reformas e a interiorização da religião. Michel de Certeau diz que um “uso popular” da religião modifica-

lhe o funcionamento e o torna um “canto de resistência”, sem que esta transformação comprometa a sinceridade do crente (CERTEAU, 1994:78).

Dessa forma, tanto Peter Burke, como Jean Delumeau, identificam um processo longo e complexo de normatização cultural no ocidente europeu, propiciado, inicialmente, pelas discussões do humanismo e pelas reformas religiosas. Para qualificar tal processo, Burke utiliza a expressão weberiana *‘desencantamento do mundo’*. Esse *desencantamento* foi bastante irregular no tempo e no espaço. Segundo Burke, a cultura popular tradicional era resistente. Em muitas áreas, até mesmo protestantes, as festas religiosas e rituais carnavalescos persistiram da forma tradicional ainda em fins do século XVII e no século XVIII.

Nos Açores, Portugal, de onde vieram cerca de 6 mil pessoas para povoar o litoral catarinense entre 1748 e 1753, vamos ver que o tempo forte de doutrinação da população se deu justamente no final do século XVII e primeira metade do século XVIII (ENES, 1985: 75). Isto quer dizer que a população que se transfere para Santa Catarina já tinha sido alcançada pela nova forma de ser católico, conforme o Concílio de Trento. Maria Fernanda Enes mostra em sua obra como a Igreja neste período realizou um trabalho eficaz de uniformização da religião e como a população criou formas de burlar os novos preceitos e de não abandonar completamente as práticas antigas. Dentre as várias formas de doutrinação, estava a exigência de sermão nas missas dominicais como forma de catequização dos fiéis. Muitos padres foram punidos por não fazerem homilias nas missas de domingo e muitos fiéis advertidos por não as ouvirem. Havia o hábito de muitos fiéis só entrarem na Igreja na hora do ofertório. Nos missais anteriores ao Concílio do Vaticano II, a primeira parte da missa que vai até o ofertório era chamada de ante-missa. A missa propriamente dita se iniciava com o ofertório.

Religiosidade Popular do litoral catarinense

Toda religião é sincrética por natureza, já ensinou Pierre Sanchis em inúmeras obras. O cristianismo nasceu sincrético, como toda religião, e assimilou diversas manifestações e concepções que foram chamadas de pagãs. Sobretudo, a partir da Reforma, com o chamado retorno ao Cristianismo primitivo, muito desses sincretismos foram condenados e ações da hierarquia procuraram “purificar” esses paganismos.

O Concílio de Trento estabeleceu os chamados cultos novos que procuram substituir os chamados cultos velhos, muito queridos pela religiosidade popular. Ao longo dos séculos

seguintes, muitos cultos novos foram surgindo, como a devoção ao Santíssimo Sacramento, a São José e ao Sagrado Coração de Jesus. Por determinação do Papa Leão XIII, no final do século XIX e XX todas as paróquias do mundo deveriam ser consagradas ao Sagrado Coração de Jesus. No litoral catarinense, praticamente todas as igrejas ganharam um altar lateral dedicado ao Sagrado Coração de Jesus, geralmente o altar da direita. Em muitas igrejas, como na Catedral Metropolitana de Florianópolis o Sagrado Coração de Jesus ocupou o altar do Divino Espírito Santo, como ainda se pode constatar no brasão existente naquele altar que é constituído por uma imagem da pombinha do Divino. Essa substituição das insígnias do Divino Espírito Santo (Cetro, Coroa e Bandeira) pela imagem do Sagrado Coração de Jesus é emblemática desta substituição dos cultos velhos pelos cultos novos. Em todas as paróquias foram constituídos os Apostolados da Oração, para difusão do culto ao Sagrado Coração de Jesus. Em contrapartida, na maioria das paróquias as Irmandades e Confrarias leigas foram extintas ou tiveram seu poder esvaziado.

O padre José Artulino Besen, nascido em 1949, o mais profícuo pesquisador da história da Igreja Católica em Santa Catarina, costuma caracterizar a religiosidade do litoral catarinense como um “catolicismo popular marcado pelas festas, devoções e procissões.”¹ Em todas as obras e artigos que escreve, o professor do Instituto Teológico de Santa Catarina assim caracteriza a religiosidade do litoral catarinense. Essa caracterização que o padre Besen faz é amplamente partilhada pelo clero e mesmo por muitos estudiosos. As cartas dos padres alemães da Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus no início do século XX já caracterizavam assim a religiosidade dos católicos do litoral catarinense. Padre Henrique Lindgens, em carta de 1907 intitulada *A vida religiosa dos brasileiros: superstições, crendices, votos e promessas*, assim se refere: “Para muitíssimos, a religião não é mais do que uma série de formalidades, festas, procissões e outros rituais que, felizmente, foram proibidos pela maioria dos bispos (DIRKSEN, 2004: 214).

Além da perspectiva de que a religiosidade vivida por essas pessoas era mera externalidade, há nesta citação um elemento bastante importante, a informação de que a maioria dos bispos tenha proibido essas manifestações. Inúmeros são os exemplos dessa cruzada da hierarquia católica contra a religiosidade popular, sobretudo no início da República. O exemplo da atuação do bispo do Ceará, dom Joaquim José Vieira no chamado

¹ <https://pebesen.wordpress.com/padres-da-igreja-catolica-em-santa-catarina/padre-doutor-itamar-luiz-da-costa/>
Acesso em 19 de maio de 2015.

“Milagre de Juazeiro” que envolvia a beata Maria de Araújo e o padre Cícero Romão Batista é emblemático desta postura da hierarquia católica.

No meu entendimento, a religiosidade popular é a forma como o povo entende e vive a sua religiosidade depois que a doutrina religiosa passa pelo filtro do que é necessário e prudente à sua vida e à sua relação com o transcendente. Essa maneira que o povo tem de enxergar a forma de viver a religiosidade como um aspecto de sua vida e não como a totalidade de sua vida, faz as hierarquias se arrepiarem. O ideal de cristandade, onde a religião domina todos os aspectos da vida do crente é o ponto em que, de modo geral, as hierarquias religiosas pretendem chegar. E ao longo do tempo, vemos as classes populares resistirem a essa uniformização.

O padre Meller, da Congregação dos padres do Sagrado Coração de Jesus, em carta de 1904, descreve a procissão do Senhor dos Passos em Florianópolis e caracteriza aquela devoção como manifestação externa e lamenta a falta de cumprimento dos deveres cristãos:

A solenidade toda me impressionou muito e, sem querer, veio-me à mente o pensamento: possa o “Senhor dos Passos, o Homem das Dores”, que morreu por todos, conceder aos brasileiros, que valorizam a religião pelos seus aspectos de manifestação externa, uma fé que se mostre no cumprimento de todos os deveres dos cristãos católicos (DIRKSEN, 2004: 58)

Exemplo da cruzada da Igreja contra a religiosidade popular em Santa Catarina foi a carta que frei Evaristo Schürmann, vigário geral da arquidiocese fez publicar em 1938 sob o título: “Peditório com a Bandeira”. Dizia ele na carta que continuava em vigor o que dissera o 1º Sínodo de Florianópolis realizado em 1910. A carta lembrava que “para cada festa, o respectivo festeiro ou provedor da Irmandade requererá uma Provisão de licença à autoridade Metropolitana”. Além da autorização do Arcebispo, a carta determinava que o vigário tinha “o direito e o dever de escolher o promotor da festa e de aprovar as pessoas que saírem em peditório com a Bandeira, providenciando para que não haja abuso ou profanação alguma”. O documento reiterava ainda: “Continuam proibidas as chamadas folias, bem como as devoções feitas em casas particulares com a presença das bandeiras”.² A Igreja proibia que o peditório da bandeira fosse acompanhado da cantoria, chamada de Folia do Divino, e que se fizessem as novenas do Espírito Santo, uma das maiores manifestações da religiosidade de origem açoriana. Obviamente, na maioria das localidades as novenas continuaram a existir. Mesma sorte não tiveram as folias, que sofreram uma diminuição até quase a extinção.

² Carta impressa assinada por Frei Evaristo Schürmann, Vigário Geral da Arquidiocese, datada de 1º de agosto de 1938. Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio.

A tradição das promessas ao Divino Espírito Santo ainda é bastante forte no Arquipélago dos Açores, nas comunidades da diáspora açoriana e nas comunidades brasileiras que herdaram essa tradição portuguesa. Os padres alemães do início do século XX não entendiam essa devoção e não compreendiam que certas manifestações eram promessas que pudessem ser realizadas nas igrejas. Em carta de 1907, o padre Henrique Lindgens diz que: “Certo dia, ao celebrar uma missa de ação de graças encomendada em uma capela, um padre ficou pasmo quando se virou para dizer o *Dominus vobiscum*, e ver uma mulher com coroa, cetro e bandeira nos degraus do altar; era uma promessa” (DIRKSEN, 2004: 221).

Por meio da festa os sujeitos intensificam seus vínculos com o mundo espiritual, utilizando de práticas rituais como forma de agradecimento e de pedir proteção expressas em gestos, ladainhas, benzeções que extrapolam o universo religioso seja ele católico ou de qualquer outra natureza, mas que não deixa de ser marca da cultura daqueles que a praticam e de reforçar ainda, os laços com a vizinhança e com o lugar irrompendo o cotidiano e se desligando, temporariamente, do cenário de dificuldades diárias enfrentadas. (KATRIB, 2013:229)

Ao meu ver, esta sempre foi a dificuldade do clero, sobretudo de origem estrangeira, lidar com as formas diferentes de ser católico do povo brasileiro. Mesmo no século XXI, os padres continuam a achar de só há uma forma de ser católico e que todas as outras formas devem ser banidas, sobretudo aquelas que aconteçam sem mediação de sacerdotes, como as novenas e saídas da Bandeira do Divino Espírito Santo.

O estranhamento em relação à cultura dos brasileiros é uma constante nos textos dos padres alemães. O padre Carlos Keilmann, em 1912, relata a noite de Natal em Camboriú:

Natal em pleno verão! Sensação singular. A igreja está enfeitada com palmeiras e rosas e não verdes pinheirinhos. É armado o presépio. Começa a escurecer. Então vêm das montanhas e dos longínquos vales, em pequenas caravanas, os fiéis para a casa de Deus. Querem saudar o Salvador no presépio. Não é possível pernoitar na igreja, embora as pessoas o vejam desde antigamente como natural. Por isso, procuram pernoite junto às famílias; não tem muitas necessidades; basta-lhes uma esteira de palha. Mas eu pouco tempo, começa uma gritaria e cantoria. Um antigo costume, provavelmente proveniente dos índios ou dos negros. Na noite de Natal é feito “o boi”. Às 3 horas Pe. Spettmann vai à igreja. Nesse instante são disparados foguetes; quanto mais foguetes, tanto maior a festa. (DIRKSEN, 2004: 455)

Neste relato, temos muitos elementos importantes a serem analisados. Por exemplo, o estranhamento em relação ao fato de o Natal acontecer em pleno verão. Enquanto na Europa, o Natal se dá em época de frio rigoroso, que faz as famílias se recolherem em suas casas, o Natal do Brasil convida as pessoas a saírem às ruas cantando Ternos de Reis e Bois de Mamão. Os foguetes são uma marca característica da religiosidade popular também, festa sem foguete é festa surda!

O padre Lindgens continua sua análise sobre a religiosidade do litoral catarinense. Em uma carta intitulada *A vida religiosa dos brasileiros: superstições, crendices, votos e promessas*, de 1907, ele escreve:

Essas manifestações de religiosidade causam em nós, estrangeiros, uma impressão estranha e realmente não conseguimos entender esses costumes. O pobre povo, no entanto, faz grandes e numerosos sacrifícios; trabalha dia e noite para dar conta de suas promessas sob as maiores privações. Temos esperança de que, pouco a pouco, conseguiremos, graças aos ensinamentos e admoestações dos sacerdotes, arrancar e erradicar a erva daninha para purificar a veneração dos santos de tantos abusos (DIRKSEN, 2004: 221).

Em pleno século XX, o discurso do padre alemão é muito semelhante às ações propostas pela hierarquia para normatizar a cultura e a religiosidade popular nos séculos XVI e XVII que Delumeau e Peter Burke analisaram.

No início do século XX, Florianópolis tinha um jornal chamado *O Clarão* que tinha uma postura anticlerical. “O jornal *O Clarão* tinha um discurso forte contra a Igreja Católica e a romanização do catolicismo imposto principalmente por padres estrangeiros vindos no final do século XIX” (POLUCENO, 2008: 25).

*Como pode ser percebido na reportagem do jornal *O Clarão*, do dia 25 de janeiro de 1915, que reclama justamente do número excessivo de sacerdotes e freiras alemães em Santa Catarina. A não ser os dois únicos brasileiros padre Serpa, de Santo Antônio, padre Nóbrega, de São Francisco; e italianos padre Rossi, de Maroim, padre Faraco, de Garopaba e padre Ganarini, da capela Menino Deus, todas as freguesias do Estado têm dezenas de frades alemães (SERPA, 1997: 166).*

O Padre Carlos Keilmann diz que, em 1912, o clero catarinense era composto por 27 padres diocesanos e 74 padres religiosos. Segundo ele, “o clero religioso na diocese de Florianópolis (Estado de Santa Catarina) distribui-se como segue: 40 padres franciscanos, 11 jesuítas alemães, 3 lazaristas italianos e 2 poloneses, 18 sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus. (DIRKSEN, 2004:462). Interessante é o fato de ele não mencionar que os padres de sua congregação eram todos alemães.

Os padres alemães louvam bastante o fato de o primeiro bispo de Florianópolis ser um alemão nato. Foi a pedido dele, que assumiram várias paróquias do litoral catarinense. “Depois que o Estado de Santa Catarina foi alçado à diocese, em 1908, o novo pastor, Dom João Becker, um alemão nato, solicitou a nossos padres para assumirem Camboriú.” (DIRKSEN, 2004: 398). Além disso, não esquecem de dizer que o Monsenhor Topp, considerado o criador da diocese de Florianópolis, também era alemão. Em carta de 1912, Padre Carlos Keilmann assim escreve: “O que devo dizer da vida religiosa? Em comparação com os anos anteriores, a vida religiosa melhorou muito. Monsenhor Topp, natural da região

de Münster, conseguiu, com um trabalho de vinte anos de dedicação, reanimar e fortalecer a vida religiosa” (DIRKSEN, 2004: 466)

Durante a Primeira Guerra Mundial foram levantadas as primeiras acusações em relação ao perigo alemão, inclusive sobre a influência do clero alemão em Santa Catarina. Em discurso na Câmara Federal, em 1917, entre tantas refutações a esse perigo, o deputado Lebon Régis, trata de minimizar a influência do clero alemão:

É outro capítulo de libelo acusatório contra o meu Estado o papel do padre alemão na sua germanização. Estudemos o assunto. O nosso caboclo catarinense assiste às festas de igreja, ouve as suas missas, batiza os filhos, mas limita-se a isto: não quer muitas relações com o vigário, principalmente se é alemão, não o visita e não o procura, por isso não sofre, pois sua influência, religiosa, quanto mais germânica. O perigo aí, pois, não existe (RÉGIS, 2014: 62-63)

Este discurso do deputado Lebon Régis em 1917 procura ser uma resposta às acusações que já se fazia na época em relação à germanização de Santa Catarina, em vários aspectos, inclusive religioso. É interessante ele dizer que o “caboclo” se mantém arredio aos padres, principalmente aos alemães.

Os padres alemães costumam comparar a religiosidade do litoral catarinense com a religiosidade vivida na Alemanha. Em carta de 1907, o padre Geraldo Spettmann descreve a procissão de Nossa Senhora dos Navegantes realizado no Rio Itajaí Açu:

A cidadezinha de Itajaí tem todo direito de se orgulhar dessa imponente solenidade a Maria. Não se pode negar que na pátria alemã uma semelhante procissão seria feita de outra maneira. Sob muitos aspectos, haveria mais seriedade, rezar-se-ia mais,... do ponto e vista do nórdico, esteja associado a ela demasiada vivacidade sulina e exterioridade brasileira (DIRKSEN, 2004: 211)

Essa comparação das religiosidades vividas pelos luso-brasileiros em relação aos de cultura alemã não acontecia apenas em relação ao velho continente, os padres também comparavam a forma como eram tratados pelos luso-brasileiros e pelos descendentes de alemães. O padre Geraldo Spettmann em 1909, assim se expressa:

Cheguei a Brusque às cinco da tarde...Aqui pude constatar bem a diferença entre a vida religiosa numa paróquia alemã e numa brasileira. Desde o começo estive em paróquias brasileiras e, por isso, não fui mimado. Todavia, sou tomado, às vezes, de uma secreta nostalgia por tempos melhores (DIRKSEN, 2004: 335)

É interessante ele dizer que, por trabalhar desde o começo em “paróquias brasileiras”, não foi “mimado”. Até hoje, é comum ouvir o clero dizer que os descendentes de alemães são mais amistosos com os padres e que os luso-brasileiros são mais arredios. Padre Sérgio Maykot (1948-2009), do clero da arquidiocese de Florianópolis, dizia que “açoriano

convidado vai até para o Inferno, obrigado, não vai nem para o Céu”. Os padres atribuem a “fraqueza da vida religiosa” dos brasileiros a diversos fatores. Padre Pedro Storms em 1909 assim se refere:

Exceto em algumas tribos indígenas do interior, não temos mais pagãos aqui, mas nas paróquias genuinamente brasileiras a vida religiosa é extremamente fraca. A razão principal dessa situação encontra-se, sem dúvida, na acentuada ignorância do povo. A maior parte da população não recebeu o mínimo de doutrina e isso se deve certamente à enorme falta de sacerdotes no Brasil. Outra razão da ignorância – e para isso os brasileiros contribuem fortemente – é seu congênito desleixo, indolência e falta de sentimento do dever. (DIRKSEN, 2004: 320)

Dizer que a vida religiosa dos brasileiros é fraca por falta de sacerdotes é extremamente comum entre os que escrevem sobre o tema. Na realidade, no litoral catarinense esse argumento não é válido para todas as paróquias. Muitas delas não tiveram vacâncias muito significativas e nem por isso tem religiosidades muito diferentes daquelas comunidades que permaneceram mais tempo sem párocos. O determinismo geográfico aparece fortemente na visão do padre Storms, quando diz que a ignorância religiosa do brasileiro se dá em razão de seu “congênito desleixo, indolência e falta de sentimento do dever”. O antropólogo Roque de Barros Laraia, esclarece que “as diferenças entre os homens, portanto, não podem ser explicadas em termos de limitações que lhes são impostas pelo seu aparato biológico ou pelo seu meio ambiente.” A grande virtude da espécie humana foi ter conseguido romper suas limitações e, sendo um animal frágil, ter dominado a natureza (LARRAIA, 2009: 24).

O que o Ocidente idealmente exige é alguma versão de cultura que alcance uma devoção tal que o povo esteja disposto a morrer por ela, e o no me tradicional dessa devoção é, precisamente, religião. Nenhuma forma de cultura se mostrou mais potente em ligar os valores transcendentais às práticas populares, a espiritualidade da elite à devoção das massas. A religião não é efetiva porque diz respeito ao outro mundo, mas porque encarna esse caráter de além-mundo numa forma de vida prática. Ela pode, assim, fornecer uma ligação entre Cultura e cultura, valores absolutos e vida diária. (EAGLETON, 2011: 103)

Essa citação de Terry Eagleton, em *Ideia de Cultura*, nos faz refletir sobre esse eurocentrismo no qual esses padres estavam absorvidos. Eles têm uma perspectiva que concebe a cultura ocidental como potencialmente universal “o que significa que ela não opõe seus próprios valores aos dos outros, apenas faz lembrar a eles que os valores dela são, fundamentalmente, deles também.” Eles acreditam que essa população do litoral catarinense vive uma cultura e uma religiosidade primitiva que precisa ser purificada. “Não se trata de tentar impingir uma identidade alheia aos outros, mas simplesmente de recordá-los daquilo

que eles secretamente são” (EAGLETON, 2011: 108). Os padres a todo tempo recordam essa população precisa ser colocada no caminho certo, ou seja voltar ao “Cristianismo verdadeiro”.

A visão em relação às paróquias “brasileiras” é sempre pessimista. “A frente de trabalho mais recente é a paróquia de São Miguel e Biguaçu, assumida em 1910 em lugar das, até então, paróquias da Lagoa e do Ribeirão,” na ilha de Santa Catarina. A reclamação é sempre a mesma: “Também aqui a vida religiosa encontra-se num nível muito baixo, bem parecido com o de Camboriú” (DIRKSEN, 2004: 398).

É recorrente a visão positiva que os padres têm dos descendentes de alemães e a constante comparação com os luso-brasileiros. Em 1910, um padre alemão escreve:

Não tão favorável quanto em São Bento era a situação religiosa na paróquia de Itajaí, quando nós assumimos, em 1905, e onde trabalham 4 padres. Primeiramente a população de Itajaí compõe-se preponderantemente de brasileiros. Os alemães, dos quais a metade é protestante, representam um pequeno porcentual. Apesar disso, exercem grande influência, por causa de sua superioridade econômica e sua sólida religiosidade, de modo que também em Itajaí os alemães formam o núcleo central da comunidade. (DIRKSEN, 2004: 345)

O fato de a paróquia de Itajaí ser composta predominantemente por brasileiros não chega a ser um empecilho para a vida religiosa, segundo o padre, porque os alemães, apesar de numericamente, serem minoria, “sua superioridade econômica e sua sólida religiosidade” o tornam o núcleo central da comunidade. Interessante a concepção de sólida religiosidade. O que seria uma sólida religiosidade? Uma catequese bem assimilada? Em relação a Paraty (atual Araquari), um padre em uma carta, não assinada, de 1910 diz que sua população é constituída “quase exclusivamente de luso-brasileiros e de negros descendentes dos antigos escravos. Na época da escravidão, abolida em 1888, Paraty tinha certa importância. Hoje, no entanto, por causa da aversão ao trabalho, toda a população empobreceu (DIRKSEN, 2004: 398). É recorrente esse discurso dos padres alemães em relação à aversão que os brasileiros teriam ao trabalho.

E a cantilena é a mesma em relação a todas as paróquias “brasileiras”. O padre João Fischer em carta de 1913 diz que o “trabalho pastoral no distrito de Penha é, sem dúvida, difícil. Leva-se muito tempo até conseguir a confiança do povo. Para muitos, o padre não é mais que um intruso, um estrangeiro, que veio apenas para enriquecer” (DIRKSEN, 2004: 506). A luta dos padres era contra o que eles chamavam de “uniões naturais”, as superstições, as bebedeiras e “as manias de brigar.”

Se a gente “aperta” um pouco, não se consegue nada. Com muita facilidade a gentinha se altera e, para muitos, a faca está bastante solta na cinta. Numa de minhas primeiras visitas, eu o experimentei. Chamei alguém à atenção sobre sua união natural e pedi-lhe para receber o sacramento do matrimônio. Por isso, depois da missa, resolveram tirar satisfação. A porta foi arrombada e a sacristia invadida. Tive que ouvir títulos como cachorro, ladrão, estrangeiro ordinário. Eu seria cortado em pedaços e pisoteado, caso me achesse a sair. Alguns brandiam facas e paus, lançavam maldições e ameaças. Dessa vez ficou só nisso. (DIRKSEN, 2004: 506)

Em relação à paróquia da Trindade, na Ilha de Santa Catarina, o Padre Carlos Keilmann diz, em carta de 1912, que “a falta de espírito religioso é enorme e a ignorância religiosa é terrível” (DIRKSEN, 2004: 469).

Aqui na Trindade, com suas duas capelas (Saco dos Limões e Itacorubi), ainda demorará dezenas de anos até que se consiga um povo fiel, firme e aberto à fé na cruz, e que não traga apenas o nome de cristão, mas que mostre obras permeadas de profunda e ardente fé. Nossos dois grandes inimigos são o casamento civil e a escola sem religião. E os inimigos da Igreja, entre os quais, sobretudo, muitos funcionários maçons, fazem todo o possível para manter o povo na ignorância e afastá-lo do casamento religioso. (DIRKSEN, 2004: 470)

No entanto, os padres alertam para o fato de que a pouca participação dos brasileiros na vida religiosa não se deve ao anticleralismo ou descrença, como acontece em muitos países da Europa, mas “à ignorância, e isso em decorrência das dezenas de anos de abandono religioso.” (DIRKSEN, 2004: 399)

O padre Carlos Keilmann escreve em 1912, sobre o Pântano do Sul, na Ilha de Santa Catarina e faz um relato que é muito parecido com dezenas de outros que já ouvi.

Agora quero falar dos santos que se encontram na igreja sobre o altar, pois lá se encontra a segunda raridade digna de ser vista. É uma bonita estátua de São Pedro. Foi presenteada por um padre que, há anos, vinha com frequência para cá. Ao lado da bonita imagem de São Pedro encontra-se uma pequena estátua que também deve representar São Pedro. Nunca vi uma imagem de santo mais feia que essa. Se a gente não soubesse o que é e para que serve, ninguém o adivinharia. O povo denomina essa imagem de São Pedro velho (a imagem feia) e a outra de São Pedro moço (a imagem bonita). São Pedro velho está enfeitado com um grande buquê de flores de papel coloridas, ao passo que o São Pedro moço tem apenas uma rosa de papel vermelha....Duas velas são acesas sobre o altar: uma para São Pedro velho e outra para São Pedro moço. (DIRKSEN, 2004: 474)

Já ouvi muitas histórias dessas, como as duas imagens de Santo Amaro que dividiam o mesmo altar na Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa. Também, na Capela de Nossa Senhora dos Remédios, em Rationes, a padroeira era considerada a Nossa Senhora de quadro (uma representação de Nossa Senhora dos Remédios em papel emoldurada), enquanto a imagem de gesso de Nossa Senhora do Rosário mais recente não era considerada padroeira.

O padre queria deixar apenas a imagem mais nova e mais bonita no altar, o que não logrou êxito:

Pretendia então ocupar-me com o São Pedro velho, isto é, falar com as pessoas para retirar a imagem da capela. Todavia, meus conselhos, meus pedidos são em vão. O São Pedro moço pode ser retirado, mas no São Pedro velho ninguém pode mexer, pois sempre esteve ali “desde o princípio do mundo”, como acrescentou alguém, bem sério. O São Pedro velho conheceu os antepassados; diante dessa imagem eles sempre rezaram. Por fim, propus construir para o São Pedro um pequeno altar na sacristia. Tudo em vão. O povo, com sua fé simples, que sem culpa tomou rumo falso, não quis saber nada disso. Por isso, São Pedro velho e São Pedro moço continuam em paz um lado do outro e por muito tempo terão que permanecer com paciência no nicho do altar da capela do Pântano do Sul. (DIRKSEN, 2004: 475)

O padre em vão tentou demovê-los da prática de considerarem com padroeiro apenas o São Pedro velho, que estava ali desde o “princípio do mundo”. Aliás, esta expressão é muito utilizada na religiosidade popular. O padre termina a observação sobre o Pântano do Sul em um tom otimista: “O povo é religioso; só é necessário colocar a fé na linha certa, e isto é possível, pois as pessoas são de boa vontade” (DIRKSEN, 2004: 476).

Cairo Katrib ao analisar a religiosidade popular diz:

Dessa forma, encontramos tanto nas comunidades rurais quanto nas da cidade expressões e práticas culturais que mantêm viva essas pertencas com o lugar, com as heranças familiares, atualizando a memória herdada e trazendo à tona, sempre regados por lágrimas e sorrisos os tempos idos, as lembranças dos entes queridos, da infância e da mocidade revividos por meio das celebrações festivas coletivas (KATRIB, 2013: 231)

É exatamente este aspecto atávico da vivência da cultura e da religiosidade popular que, de modo geral, o clero não consegue perceber. Ainda hoje, os padres costumam ver com maus olhos, muitos mesmo consideram tolice, a visita da Bandeira do Divino às casas dos fiéis. Há pouco tempo, um padre de origem italiana ficou bastante furioso com uma comunidade do litoral que sempre sai com a Bandeira do Divino e não quis fazer “evangelização” com visitas de dois em dois às casas da comunidade com a Bíblia na mão. Os padres, geralmente, não acompanham esse movimento, que dura meses, de visitas das bandeiras às casas e só veem os dois dias de cortejo do Divino e, aí, dizem que essas festas são pura exterioridade.

Considerações Finais

Como vimos nos relatos dos padres da Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus a concepção que eles tinham de religião e de vivência religiosa era bastante diferente

da forma como os habitantes do litoral catarinense vivam sua religiosidade. Já em relação aos descendentes de alemães do interior, a visão era bem mais otimista pois viviam uma religiosidade muito parecida com a que eles conheciam na Alemanha.

O que podemos perceber é que essa visão pessimista em relação à religiosidade dos luso-brasileiros levou a uma ação da Igreja Católica em Santa Catarina no sentido de “purificar” a religiosidade vivida para que ela se parecesse o mais possível com a religiosidade vivida na Alemanha. Todo o caráter popular e as práticas que aconteciam sem a mediação de sacerdotes foram perseguidas, muitas até à extinção.

O que chama mais a atenção é que essa ação ainda continua em curso. Cada vez mais o modelo “evangélico pentecostal” é utilizado pela Igreja Católica em sua forma de organização. Até Pastoral do Dízimo foi criada para incentivar os fiéis a contribuírem com a igreja. Os padres vivem lamentando que, se o dízimo fosse levado a sério, as paróquias não precisariam fazer tantas festas nas Igrejas. Nesta perspectiva, a festa, marca tão profunda da religiosidade popular, é vista como um mal necessário, utilizada apenas para arrecadar fundos. A diocese de Joinville chegou a proibir a venda de bebidas alcoólicas em festas de igreja. A Renovação Carismática Católica é o movimento que mais utiliza o *know how* evangélico pentecostal. Cada vez mais, o catolicismo vai se tornando parecido com as igrejas evangélicas. Engana-se quem pensa que essa visão preconceituosa em relação à religiosidade popular existia apenas no início do século XX. Em pleno século XXI, a maioria dos padres ainda pensa assim e a combate. O Instituto Teológico de Santa Catarina ainda continua a formar padres dispostos a desbastar a “erva daninha” da religiosidade popular.

Referências

- BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DELUMEAU, Jean. “les chrétiens au temps de la Réforme” in *Un chemin d’histoire – Chrétienté e christianisation*, Paris, Fayard, 198. Apud: SOUZA, Laura de Mello e, *O diabo e a terra de Santa Cruz, feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*, São Paulo: Cia. das Letras, 1986.
- DELUMEAU, Jean. *A Civilização do Renascimento*. Lisboa. Editora Estampa, vol.I, 1984.
- EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2011.
- ENES, Maria Fernanda D. T. *Reforma tridentina e religião vivida nos Açores (1580-1750)*, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1985.

KATRIB, Cairo Mohamad Ibrahim. Reencontros com a religiosidade brasileira: sujeitos, memórias e narrativas. In *Revista Brasileira de Histórias das Religiões*. ANPUH, Maringá (PR) v.V, n. 15, jan/2013.

LARRAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

POLUCENO, Wilmar Eduardo. A Guerra do Contestado sob o olhar da imprensa florianopolitana. In: *Revista Santa Catarina em História*, Florianópolis UFSC, 1984- 3968, v.2, n.2, 2008

RÉGIS, Lebon. O perigo alemão e o problema do ensino em Santa Catarina. In *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, t. 55, n. 3, mai./ jun. 2014. p. 49-75.

SANCHIS, Pierre. O campo religioso será ainda hoje o campo das religiões? In. HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja na América Latina e no Caribe – 1945 – 1995: O debate metodológico*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

SERPA, Élio Cantalício. *Igreja e poder em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.